

Subespecificação de Traços- ϕ e Hiperálçamento em Português Brasileiro

Jairo Nunes*

1. Introdução¹

Existem dois pontos que parecem ser de consenso na literatura sobre o português brasileiro (PB):² (i) a constatação de que seus sujeitos nulos não se comportam como os sujeitos nulos de línguas *pro-drop* como o português europeu (PE), por exemplo; e (ii) a intuição de que esse comportamento dissimilar deve estar de algum modo associado ao enfraquecimento de sua concordância verbal. A grande questão reside exatamente na caracterização formal desse enfraquecimento.

Neste artigo exploro uma caracterização desse enfraquecimento de concordância em PB em termos de uma maciça subespecificação de traços- ϕ , que pode resultar em formas que aparentemente exibem o mesmo padrão de concordância de PE. Em outras palavras, a idéia é que as profundas diferenças entre os sujeitos nulos de PB e PE não estão associadas às marcas realizadas de concordância em si, mas à especificação e computação de traços- ϕ que subjazem a essa realização morfológica. Buscarei mostrar que essa abordagem permite explicar a intrincada relação em PB entre hiperálçamento e realização morfológica de concordância verbal.

O trabalho está organizado da seguinte forma. Na seção 2, exponho brevemente a análise de sujeitos nulos em PB como resultantes de movimento-A, apresentando a implementação de Nunes (2008) para a proposta de Ferreira (2000) de que T em PB pode estar associado a um conjunto completo ou incompleto de traços- ϕ . Na seção 3, discuto como se pode capturar a microvariação envolvendo hiperálçamento do pronome *eu*; e nas seções 4 e 5, busco explicar por que essa microvariação é inexistente quando a oração encaixada envolve certos tempos verbais ou quando *eu* exerce a função de tópico na oração encaixada. A seção 6 tece algumas considerações sobre as diferenças do pronome *nós* em relação a hiperálçamento e, finalmente, a seção 7 conclui o trabalho.

2. Controle finito, hiperálçamento e subespecificação de traços- ϕ em PB

Sentenças como (1) abaixo ilustram algumas das peculiaridades do sujeito nulo em PB.³ Apesar de (1a) e (1b) proverem um antecedente pragmaticamente compatível com o

* Professor de Linguística da USP.

¹ Gostaria de aproveitar a oportunidade desta merecida homenagem para manifestar minha grande gratidão à minha amiga Ilza Ribeiro, por sua inabalável amizade temperada com charme baiano, seu constante apoio em vários pontos cruciais tanto da minha vida profissional, quanto pessoal, e principalmente pelo seu exemplo enquanto linguista e ser humano. Sinto-me muito afortunado por nossos caminhos terem se encontrado, pois sempre saí enriquecido a cada novo encontro, e espero que esses encontros ainda continuem “mesmo que o tempo e a distância digam não”. Boa parte da análise apresentada neste trabalho tenta lidar com questões que a Ilza apontou com um salutar ceticismo em relação a versões anteriores da proposta. Um grande beijo, Ilza querida!

² Vejam-se e.g. Duarte (1995), Figueiredo Silva (1996, 2000), Kato (1999), Negrão (1999), Ferreira (2000, 2009), Modesto (2000), Galves (2001), Rodrigues (2004), Barbosa, Duarte e Kato (2005), Nunes (2008, 2010, 2011), Petersen (2011) e os artigos em Kato e Negrão (2000).

³ Para outras propriedades e discussão relevante, vejam-se as referências na nota 2. Em todo o texto abaixo, estarei excluindo da discussão sujeitos nulos resultantes de apagamento de tópico no sentido de Ross (1982), bem como sujeitos nulos expletivos e arbitrários.

adjetivo *grávida*, ambas as sentenças são julgadas anômalas em PB, pois o sujeito nulo toma como antecedente *o João* e *o pai da Maria*, respectivamente, que não são compatíveis com esse adjetivo. Em termos formais, isso indica que o sujeito nulo em PB requer um antecedente local que o c-comande. A agramaticalidade de (1c) com a indexação indicada, por sua vez, mostra que ilhas podem bloquear a relação entre o sujeito nulo e seu antecedente. Apesar de (1c) poder, em princípio, descrever uma situação pragmaticamente plausível (o vendedor recomendou o cliente porque o cliente é bom pagador) sem recorrer a informações contextuais, essa leitura está indisponível em PB. A única interpretação é que o cliente recomendou algo ou alguém a ser identificado no contexto.

- (1) a. [A Maria]_i disse que [o João]_k acha que $\emptyset_{k/*i}$ está grávida.
b. [O pai d[a Maria]_i]_k acha que $\emptyset_{k/*i}$ está grávida.
c. [O vendedor]_i confirmou que o cliente que \emptyset_{*i} recomendou é bom pagador.

Assumindo a teoria de controle por movimento de Hornstein (1999, 2001), segundo a qual PRO controlado é na verdade um vestígio (uma cópia apagada) de movimento-A, Ferreira (2000, 2009) e Rodrigues (2004) mostram que o sujeito nulo de PB exhibe propriedades de PRO controlado e concluem que o sujeito nulo do PB deve ser também analisado como vestígio de movimento-A. Assim, as interpretações indisponíveis em (1) são explicadas em virtude da impossibilidade de movimento da posição do sujeito nulo da oração encaixada para a posição ocupada por *a Maria* em (1a) e (1b) e *o vendedor* em (1c).

Construções envolvendo hiperalçamento (no sentido de Ura (1994)), como (2) abaixo, constituem interessante evidência independente para essa análise.⁴ Uma vez que sentenças como as de (1) evidenciam que o PB admite movimento-A a partir de uma sentença finita, o alvo do movimento em princípio poderia ser uma posição temática, gerando casos de controle finito, como em (1), ou não, gerando casos de hiperalçamento, como em (2).

- (2) Os meninos parecem que gostaram dos brinquedos.

A pergunta que surge, obviamente, diz respeito à legitimidade de tal movimento. Em versões recentes do Programa Minimalista, por exemplo (vejam-se Chomsky (2001, 2004)), a Condição de Ativação exige que somente elementos que tenham traços por valorar possam sofrer movimento. No caso de movimento-A, especificamente, um elemento pode sofrer movimento-A somente se seu traço de Caso não tiver sido valorado. Para resolver esse problema, Ferreira (2000) propõe que nas sentenças finitas do PB, T pode estar associado com um conjunto completo ou incompleto de traços- ϕ . Quando associado a um conjunto completo, T valoriza o Caso do sujeito, congelando-o para efeito de movimento-A; por outro lado, quando associado a um conjunto incompleto, o Caso do sujeito não é valorado e o sujeito pode se mover para uma posição em que possa ter seus requerimentos de Caso satisfeitos. Dentro dessa abordagem, o núcleo T da oração encaixada de (2) é analisado como contendo um conjunto incompleto de traços- ϕ , permitindo o hiperalçamento do sujeito para a oração matriz, em conformidade com a Condição de Ativação.

A proposta de que T finito em PB não está necessariamente associado a um conjunto completo de traços- ϕ , como ocorre normalmente em outras línguas, é de certa forma um

⁴ Vejam-se e.g. Ferreira (2000, 2009), Duarte (2004), Martins e Nunes (2005, 2009, 2010) e Nunes (2008, 2010, 2011, e a sair).

primeiro passo na tentativa de formalizar a intuição de que a concordância verbal em PB se enfraqueceu diacronicamente. O próximo passo deveria incluir uma explicitação do que significa exatamente ter um conjunto incompleto de traços- ϕ e uma explicação de por que aparentemente não há distinção entre conjuntos completos e incompletos de traços- ϕ no que tange à realização morfológica. Esse foi um dos propósitos de Nunes (2008), que reinterpreta a proposta de Ferreira da seguinte maneira: em PB, T pode estar associado a pessoa e número (um conjunto completo de traços- ϕ) ou somente a número (um conjunto incompleto de traços- ϕ). Nunes propõe que, em PB coloquial, a concordância verbal pode ser minimamente descrita fazendo referência somente ao traço de número, como ilustrado no quadro abaixo:

Quadro 1: Especificação de T e concordância verbal em PB (adaptado de Nunes, 2008)

	<i>cantar</i> : presente do indicativo	T com um conjunto completo de traços- ϕ	T com um conjunto incompleto de traços- ϕ
<i>eu</i>	<i>canto</i>	[P:1; N:SG]	[N:SG]
<i>você</i> <i>ele</i> <i>ela</i> <i>a gente</i>	<i>canta</i>	[P:default, N:default]	[N:default]
<i>vocês</i> <i>eles</i> <i>elas</i>	<i>cantam</i>	[P:default; N:PL]	[N:PL]

O Quadro 1 mostra que o PB coloquial pode envolver apenas três distinções de concordância para formas verbais regulares e só uma delas (a forma de primeira pessoa do singular) inequivocamente codifica pessoa e número. A chamada forma de terceira pessoa do plural pode ser analisada como envolvendo valor *default* para pessoa e plural para número e a chamada forma de terceira pessoa do singular, valores *default* para pessoa e número. Isso decorre do fato de as formas com valor *default* para pessoa ou para número serem compatíveis com pronomes com diferentes especificações semânticas para esses traços. *Você*, por exemplo, é semanticamente um pronome de segunda pessoa do singular, *ele* de terceira pessoa do singular e *a gente* de primeira pessoa do plural, mas os três pronomes estão associados à mesma realização morfológica para pessoa e número. Diante disso, as três realizações de concordância verbal podem também ser descritas individualmente apenas em termos de número, como mostrado na última coluna. Para se chegar às formas de superfície em PF, Nunes (2008) propôs que as especificações da última coluna devem ser combinadas com regras de redundância lexical no componente morfológico nos moldes de (3):

- (3) Quando T estiver especificado só para traço de número (N):
 (i) adicione [P:1], se N estiver valorado como SG;
 (ii) do contrário, adicione [P:default].

Em suma, a proposta de Nunes (2008) formaliza a noção de enfraquecimento de concordância de PB em termos da possibilidade de T estar associado somente ao traço de número. Crucialmente, independentemente de T estar associado a número e pessoa ou somente a número, as formas verbais de superfície não vão ser distintas, graças a regras de redundância lexical. Dito de outra forma, a possibilidade de haver controle finito e hiperalçamento em PB se segue da possibilidade de seu traço de pessoa, que é

fundamental na atribuição de Caso, poder estar presente durante toda a computação sintática ou ser introduzido por regras de redundância lexical no componente morfológico. No último cenário, a ausência de pessoa no componente sintático impede T de valorar o Caso de seu sujeito, permitindo que este possa se mover, gerando controle finito ou hiperalçamento dependendo da natureza temática ou não-temática do local de aterrissagem.

Nunes (2008) apresenta o paradigma em (4) abaixo⁵ como evidência para sua proposta de que a convergência de estruturas com controle finito em PB é dependente de computações no componente morfológico.

- (4) a. Eu falei que %(eu) comi o bolo.
 b. Você/ele/a gente falou que (você/ele/a gente) comeu o bolo.
 c. Vocês/eles falaram que (vocês/eles) comeram o bolo.

(4) mostra que todos os falantes de PB admitem controle finito com *você, ele/ela, a gente, vocês* e *eles/elas*, mas divergem em relação a *eu*, pois, para alguns falantes (incluindo o autor deste trabalho), um sujeito nulo de primeira pessoa do singular na oração encaixada não é permitido mesmo quando ligado localmente por *eu* (cf. (4a)). De acordo com Nunes, a diferença por trás dessa microvariação está relacionada à presença ou ausência de (3i) na gramática de diferentes falantes. Consideremos a derivação de (4a), por exemplo, na gramática dos falantes que dispõem de (3i). Há dois possíveis cenários a serem contemplados em relação ao T da oração encaixada: ou ele tem traço de número e pessoa ou só de número. Se ϕ -completo, T valoriza o traço de Caso de seu sujeito, o que o torna imóvel para efeitos de movimento-A. Portanto, a derivação esquematizada em (5a) abaixo não converge. Por outro lado, se T for ϕ -incompleto, o sujeito não tem seu traço de Caso valorado na oração encaixada, podendo, portanto, se mover para a oração matriz e ter seu traço de Caso devidamente valorado por um T ϕ -completo, como ilustrado em (5b). No componente morfológico, a regra de redundância lexical em (3i) adiciona a especificação [P:1] ao T encaixado de (5b) e a forma verbal se superficializa com desinência de primeira pessoa do singular (*comi*).

- (5) a. [T_{[Pret.Perf.Ind]/[P:1; N:SG]} fal- [que eu_{Caso}√ T_{[Pret.Perf.Ind]/[P:1; N:SG]} com- o bolo]]
 ↑ _____*_____ |
 b. [T_{[Pret.Perf.Ind]/[P:1; N:SG]} fal- que [eu_{Caso:u} T_{[Pret.Perf.Ind]/[N:SG]} com- o bolo]]
 ↑ _____OK_____ |

Para os falantes que não dispõem de (3i), a derivação esquematizada em (5b) não converge porque não há um expoente fonológico para a especificação [P:default, N:SG], que seria obtida pela atribuição de [P:default] no componente morfológico. As únicas combinações possíveis no Quadro 1 são: [P:1, N:SG], [P:default, N:default] e [P:default, N:PL], conforme se vê na terceira coluna. A derivação esquematizada em (5a), por outro lado, não enfrenta problemas morfológicos na realização da forma verbal encaixada porque T está plenamente especificado como [P:1, N:SG]. Entretanto, se T encaixado é ϕ -completo, o sujeito tem seu traço de Caso valorado e não pode se mover para o [Spec,TP] da matriz. A única derivação convergente para esse grupo de falantes deve envolver, portanto, duas instâncias de T ϕ -completo e duas instâncias de *eu*, como ilustrado em (6)

⁵ Para discussão relevante, veja-se e.g. Figueiredo Silva 1996, 2000.

abaixo. Segue-se daí, então, a microvariação ilustrada em (4), afetando a primeira pessoa do singular, mas não as demais pessoas.

(6) [$\text{eu}_{\text{Caso}}\sqrt{\text{T}_{[\text{P}:1; \text{N}:\text{SG}]}}$ falei que $\text{eu}_{\text{Caso}}\sqrt{\text{T}_{[\text{P}:1; \text{N}:\text{SG}]}}$ comi o bolo]

A proposta de Nunes (2008) apresentada acima faz várias previsões empíricas: (i) que estruturas com hiperalçamento de sujeito deveriam replicar o padrão em (4); (ii) que a microvariação envolvendo a primeira pessoa do singular deveria desaparecer em casos em que não há uma forma específica para a primeira pessoa do singular; e (iii) que essa microvariação também deveria desaparecer em casos de hiperalçamento de tópico (veja-se Martins e Nunes, 2010), pois razões independentes requerem que T encaixado seja ϕ -completo. Nas próximas seções examino cada uma dessas previsões em detalhe.

3. Microvariação em estruturas de hiperalçamento

Consideremos as construções de hiperalçamento abaixo, envolvendo, respectivamente, presente e pretérito perfeito do indicativo na oração encaixada.

- (7) a. %Toda vez eu pareço que **chego** na hora errada.
 b. Toda vez você/ele/a gente parece que **chega** na hora errada.
 c. Toda vez vocês/eles parecem que **chegam** na hora errada.

- (8) a. %Eu acabei que **perdi** uma bela oportunidade.
 b. Você/ele/a gente acabou que **perdeu** uma bela oportunidade.
 c. Vocês/eles acabaram que **perderam** uma bela oportunidade.

As construções de hiperalçamento em (7) e (8) replicam o padrão de controle finito visto em (4). Ou seja, novamente aparece uma microvariação envolvendo a primeira pessoa do singular: parte dos falantes (incluindo o autor deste texto) admite hiperalçamento com *você(s)/a gente/ele(s)*, mas não com *eu*.

O paralelismo entre construções de controle finito e hiperalçamento não é surpreendente se a derivação de ambas as configurações estiver calcada em movimento-A, como defendido pela Teoria de Controle por Movimento. Dentro dessa visão, para que os sujeitos das orações encaixadas de (7) e (8) possam se mover para o [Spec,TP] das respectivas orações subordinantes, é necessário que o T encaixado seja incapaz de imobilizar o DP em seu Spec via valoração de Caso. Em outras palavras, T encaixado tem de ser ϕ -incompleto, o que, nos termos de Nunes (2008), significa que T só porta o traço de número, como simplificada e esquematizada em (9) e (10):

- (9) a. [$\text{T}_{[\text{Pres.Ind}]/[\text{P}:u; \text{N}:u]}$ parec- que [$\text{eu}_{\text{Caso}:u} \text{T}_{[\text{Pres.Ind}]/[\text{N}:\text{SG}]}$ cheg- na hora errada]]
 ↑ _____OK_____ |
- b. [$\text{T}_{[\text{Pres.Ind}]/[\text{P}:u; \text{N}:u]}$ parec- que [{você/ele/a gente} $_{\text{Caso}:u}$ $\text{T}_{[\text{Pres.Ind}]/[\text{N}:\text{default}]}$ cheg- na hora errada]]
 ↑ _____OK_____ |
- c. [$\text{T}_{[\text{Pres.Ind}]/[\text{P}:u; \text{N}:u]}$ parec- que [{vocês/eles} $_{\text{Caso}:u}$ $\text{T}_{[\text{Pres.Ind}]/[\text{N}:\text{PL}]}$ cheg- na hora errada]]
 ↑ _____OK_____ |

- (10) a. [$T_{[Pret.Perf.Ind]/[P:u; N:u]}$ acab- que [eu_{Caso:u} $T_{[Pret.Perf.Ind]/[N:SG]}$ perd- uma bela oportunidade]]
 ↑ _____ OK _____ |
- b. [$T_{[Pret.Perf.Ind]/[P:u; N:u]}$ parec- que [{você/ele/a gente}_{Caso:u} $T_{[Pret.Perf.Ind]/[N:default]}$ perd- uma bela oportunidade]]
 ↑ _____ OK _____ |
- c. [$T_{[Pret.Perf.Ind]/[P:u; N:u]}$ parec- que [{vocês/eles}_{Caso:u} $T_{[Pret.Perf.Ind]/[N:PL]}$ perd- uma bela oportunidade]]
 ↑ _____ OK _____ |

Uma vez garantido que o movimento do sujeito nas derivações de (9) e (10) é lícito, resta definir a forma superficial do verbo associado a esse T subespecificado, que porta somente o traço de número. De acordo com Nunes (2008), os pronomes *você, ele* e *a gente* desencadeiam a especificação [N:default] em T e os pronomes *vocês* e *eles*, a especificação [N:PL] via concordância no componente sintático, e no componente morfológico é acrescentada a especificação [P:default]. Portanto, para todos os falantes, as formas {*cheg-T*_{[Pres.Ind]/[N:default]+[P:default]}}} e {*cheg-T*_{[Pres.Ind]/[N:PL]+[P:default]}}}, em (9b) e (9c), e {*perd-T*_{[Pret.Perf.Ind]/[N:default]+[P:default]}}} e {*perd-T*_{[Pret.Perf.Ind]/[N:PL]+[P:default]}}}, em (10b) e (10c), se superficializam como *chega, chegam, perdeu* e *perderam*, respectivamente (cf. (7b,c) e (8b,c)). Já no caso do pronome *eu*, que segundo Nunes (2008) desencadeia a especificação [N:SG] em T, os falantes se dividem, como visto na seção 2. Falantes que têm a regra em (3i) em sua gramática vão adicionar a especificação [P:1] no componente morfológico e as formas verbais {*cheg-T*_{[Pres.Ind]/[N:SG]+[P:1]}}} e {*perd-T*_{[Pret.Perf.Ind]/[N:SG]+[P:1]}}}, em (9a) e (10a), vão se superficializar como *comi* e *perdi*, respectivamente (cf. (7a) e (8a)). Já para falantes que não dispõem de (3i) em sua gramática, as derivações em (9a) e (10a) não convergem em PF porque, apesar de o componente morfológico adicionar a especificação [P:default], não há expoentes fonológicos para formas verbais com a especificação [P:default; N:SG]. Recorde-se que se assumiu que a chamada forma de terceira pessoa do singular é na verdade especificada como [P:default; N:default]. Em outras palavras, as derivações de (9a) e (10a) fracassam para esse grupo de falantes porque as formas verbais relevantes não têm como se superficializar em PF.

Segue-se daí a divergência de julgamento entre os falantes do PB em relação a sentenças envolvendo hiperalçamento do pronome *eu*. Crucialmente, há uma relação estrita entre a aceitabilidade de sentenças com controle finito envolvendo *eu* e sentenças com hiperalçamento envolvendo esse pronome. Embora falantes diverjam em relação ao padrão de aceitabilidade de *eu*, quando comparado aos demais pronomes, os julgamentos são uniformes em relação às construções em questão: falantes que admitem controle finito com *eu* também admitem hiperalçamento com *eu* e falantes que não admitem controle finito com esse pronome também não admitem construções análogas envolvendo hiperalçamento. O fato de que os falantes não exibem um comportamento aleatório em relação a esses dois tipos de construção provê, portanto, evidência adicional para a Teoria de Controle por Movimento, que analisa ambos em termos de movimento-A.

4. A microvariação envolvendo *eu* em diferentes tempos verbais

Na seção 3, vimos que o hiperalçamento do pronome *eu* a partir de orações envolvendo presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo está sujeito a variação entre falantes que admitem hiperalçamento para outros pronomes. A exemplificação em termos desses dois tempos verbais não foi por acaso. Com a substituição do futuro do presente do indicativo pelas formas perifrásticas com o auxiliar *ir* em PB (*vou cantar* por *cantarei*), o presente do indicativo e o pretérito perfeito do indicativo sobraram como os dois únicos tempos verbais que de fato têm uma forma específica para a primeira pessoa do singular para verbos regulares, como se pode observar no Quadro 2 abaixo. Em outras palavras, uma mudança independente na realização morfológica de futuro em PB teve como efeito colateral adicionar combustível adicional para o enfraquecimento da concordância verbal na medida em que cai em desuso justamente uma forma que apresenta uma marca de concordância distinta para a primeira pessoa do singular.

Quadro 2: Distinções de formas de concordância para verbos regulares por tipo de pronome

pronome	presente do indicativo	pretérito perfeito do indicativo	pretérito imperfeito do indicativo	presente do subjuntivo	pretérito imperfeito do subjuntivo	futuro do subjuntivo / infinitivo flexionado
<i>eu</i>	<i>cant<u>o</u></i>	<i>cant<u>e</u>i</i>				
<i>você</i> <i>ele</i> <i>ela</i> <i>a gente</i>	<i>canta</i>	<i>cantou</i>	<i>cantava</i>	<i>cante</i>	<i>cantasse</i>	<i>cantar</i>
<i>vocês</i> <i>eles</i> <i>elas</i>	<i>cantam</i>	<i>cantaram</i>	<i>cantavam</i>	<i>cantem</i>	<i>cantassem</i>	<i>cantarem</i>

O Quadro 2 mostra que a maioria dos tempos verbais em PB na verdade só faz duas distinções morfológicas em relação à concordância com os pronomes em questão (veja-se seção 6 para uma discussão sobre o pronome *nós*). Em outras palavras, a concordância na maior parte dos tempos verbais é extremamente empobrecida, pois só apresenta um morfema de concordância, *-m*, que codifica plural e é desencadeado por uma marca explícita de plural nos pronomes *vocês*, *eles* e *elas*, a saber, o morfema *-s*. A realização fonológica do traço de pessoa é excepcional e está restrita à primeira pessoa do singular do presente do indicativo e do pretérito perfeito do indicativo. Uma vez que a realização da concordância desencadeada por *eu* é indistinta da concordância desencadeada pelos outros pronomes sem marca de plural na maioria dos tempos verbais, a conclusão a que se chega é que na verdade as formas verbais associadas à primeira pessoa não são inerentemente incompatíveis com a especificação [P:default], como assumido na seção 3, mas essa é uma restrição morfológica circunscrita ao presente do indicativo e ao pretérito perfeito do indicativo. Em outras palavras, a regra em (3) deve ser modificada nos moldes de (11), restringindo-se a adição de [P:1] no componente morfológico a esses dois tempos de padrão excepcional.

- (11) Quando T estiver especificado só para traço de número (N):
(i) adicione [P:1], se N estiver valorado como SG

- e se o tempo de T ∈ {pres.ind., pret.perf.ind.};*
- (ii) do contrário, adicione [P:default].

Nada de essencial muda em relação ao que foi discutido sobre os dados de microvariação envolvendo a primeira pessoa, discutidos nas seções 2 e 3. Como mencionado acima, os dados anteriormente analisados envolviam sempre o presente do indicativo e o pretérito perfeito do indicativo. Portanto, falantes que dispõem de (11i) (a versão revista de (3i)) em sua gramática permitem hiperalçamento com *eu*, pois o sujeito encaixado pode se mover em virtude de T encaixado estar ϕ -incompleto (cf. (9a) e (10a)) e a regra de redundância em (11i) propicia um conglomerado de traços ([P:1; N:SG]) para o qual existem expoentes fonológicos no presente do indicativo e no pretérito perfeito do indicativo (-o e -i, respectivamente). Já para falantes que não dispõem de (11i), hiperalçamento de *eu* não é problemático do ponto de vista sintático se T portar a especificação [N:SG], mas a derivação não converge por não haver expoente para a especificação [P:default; N:SG] para esses dois tempos verbais.

Isso posto, a regra em (11) diz que, pondo de lado o presente do indicativo e o pretérito perfeito do indicativo, que se comportam de maneira excepcional, os demais tempos são compatíveis com a adição generalizada de [P:default] no componente morfológico. Em particular, [P:default; N:SG] e [P:default; N:default] vão se superficializar como \emptyset e [P:default; N:PL], como -m. Isso implica que, uma vez que [P:default; N:SG] tem expoente fonológico (mesmo que vazio) em tempos outros que não o presente do indicativo e o pretérito perfeito do indicativo, os falantes devem se comportar de maneira uniforme em relação ao hiperalçamento da primeira pessoa. Dito de outra maneira, mesmo os falantes que não admitem hiperalçamento de *eu* no presente do indicativo e no pretérito perfeito (como o autor deste texto) devem aceitá-lo nos demais tempos. Idiossincrasias de seleção à parte,⁶ as sentenças em (12) e (13) abaixo confirmam que essa previsão está correta.

- (12) a. [{Eu/você/ele/a gente} parecia [que T_[N:{SG/default}] tava voando]]
 ↑_____OK_____|
 b. [{Vocês/eles} pareciam [que T_[N:PL] tavam voando]]
 ↑_____OK_____|
- (13) a. [Eu sou difícil de [T_[N:SG] perder a paciência com as pessoas]]
 ↑_____OK_____|

⁶ Desconheço casos claros de predicados que simultaneamente selecionam subjuntivo e permitem hiperalçamento. *Ser capaz* enquanto predicado impessoal, por exemplo, pode selecionar subjuntivo ou infinitivo, como ilustrado em (i) abaixo. Entretanto, (no meu julgamento) apenas a estrutura com infinitivo permite hiperalçamento, como ilustrado em (ii). Isso sugere que o efeito de referência disjunta geralmente desencadeado pelo subjuntivo se aplica também a estruturas de hiperalçamento, resultando numa interpretação incongruente: o sujeito encaixado tem de ser interpretado como correferente ao sujeito da matriz porque, por hipótese, é seu vestígio, mas ao mesmo tempo tem de ter uma interpretação disjuntiva em função do subjuntivo. Para uma interessante análise da competição entre subjuntivo e infinitivo em PB, veja-se Petersen (2011).

- (i) a. É bem capaz que esses corruptos saiam ilesos da investigação.
 b. É bem capaz desses corruptos saírem ilesos da investigação.
- (ii) a. *Esses corruptos são bem capazes que saiam ilesos da investigação.
 b. Esses corruptos são bem capazes de saírem ilesos da investigação.

- b. [{Você/ele/a gente} é difícil de [$_T_{[N:default]}$ perder a paciência com as pessoas]]
 \uparrow _____OK_____ |
- c. [{Vocês/eles} são difíceis de [$_T_{[N:PL]}$ perderem a paciência com as pessoas]]
 \uparrow _____OK_____ |

(12) e (13) mostram que o hiperalçamento a partir de uma oração com imperfeito do indicativo ou infinitivo flexionado não faz distinção entre *eu* e os demais pronomes. Como visto anteriormente, para que o movimento do sujeito da encaixada seja lícito, é necessário que T encaixado seja ϕ -incompleto e este é de fato o que se encontra nas representações de (12) e (13). Além disso, esses tempos não apresentam nenhuma restrição em relação à realização do expoente de T depois que a especificação [P:default] é adicionada no componente fonológico. Os traços- ϕ de T vão ter *-m* como expoente se o conglomerado resultante for [P:default; N:PL] ou como \emptyset se for [P:default; N:SG] (no caso do hiperalçamento de *eu*) ou [P:default; N:default] (no caso de hiperalçamento de *você, ele, e a gente*).

O paradigma em (13) é na verdade bastante iluminador, pois mostra que o relevante não é a distinção morfológica do ponto de chegada, mas a do ponto de partida. A oração matriz em (13) está no presente do indicativo e, como esperado, apresenta uma concordância distinta para a primeira pessoa. Mas isso não traz nenhuma consequência em relação à legitimidade do movimento do sujeito da oração encaixada, pois a oração matriz tem de ter um conjunto completo de traços- ϕ para que o traço de Caso do sujeito movido seja apropriadamente valorado. Já em relação à oração encaixada, o requerimento é o oposto: T tem de estar associado a um conjunto incompleto de traços- ϕ de modo que o sujeito não tenha seu Caso valorado e que, portanto, esteja ativo para efeitos de movimento-A.

Vale a pena enfatizar a importância do fato de falantes que não admitem hiperalçamento da primeira pessoa do singular a partir de orações no presente do indicativo ou no pretérito perfeito do indicativo aceitarem hiperalçamento desse pronome em sentenças como (12a) e (13a). Isso evidencia que os falantes não são sensíveis ao tipo de elemento movido ou à mera existência de marcas de concordância específicas para a primeira pessoa nas derivações relevantes, mas sim aos traços abstratos que subjazem a essas marcas e à configuração estrutural em que esses traços se encontram. A neutralização da microvariação envolvendo hiperalçamento de primeira pessoa em tempos outros que não presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo vem, assim, prover um interessante tipo de evidência independente para a caracterização do enfraquecimento da concordância verbal em PB em função da possibilidade de T portar somente um traço de número no componente sintático, como proposto em Nunes (2008).

5. Neutralização da microvariação envolvendo *eu* em hiperalçamento de tópico

Na seção 3, vimos que ocorre microvariação envolvendo hiperalçamento da primeira pessoa do singular a partir de orações no presente do indicativo e no pretérito perfeito do indicativo, como ilustrado em (7a) e (8a), repetidos aqui em (14) por conveniência.

- (14) a. %Toda vez eu pareço que **chego** na hora errada.
 b. %Eu acabei que **perdi** uma bela oportunidade.

Como aponta Nunes (a sair), a microvariação envolvendo *eu*, ilustrada em (14), desaparece em construções muito semelhantes, com ambas as posições de sujeito preenchidas, como exemplificado em (15).

- (15) a. Toda vez eu pareço que **eu** chego na hora errada.
b. Eu acabei que **eu** perdi uma bela oportunidade.

Como se pode observar em (16) abaixo, esse tipo de construção é admitido para todos os pronomes em discussão até aqui. Além do mais, não é o caso que só pronomes podem preencher as duas posições de sujeito, como exemplificado em (17).⁷

- (16) a. [{Você/ele/a gente} parece [que {você/ele/a gente} pegou o caminho errado]]
b. [{Vocês/eles} acabaram [que {vocês/eles} fizeram tudo diferente]]
- (17) a. Esses professores são difíceis deles elogiarem os alunos.
b. Esses livros parecem que o autor é desconhecido.

Com base em várias diferenças com construções com hiperalçamento de sujeito, Martins e Nunes (2010) argumentam que construções como as presentes em (15)-(17) envolvem hiperalçamento de um tópico da oração encaixada, conforme respectivamente esquematizado em (18)-(20).

- (18) a. [Toda vez eu_i pareço que [_{TopP} t_i [_{TP} eu chego na hora errada]]]
b. [Eu_i acabei que [_{TopP} t_i [_{TP} eu perdi aquela bela oportunidade]]]
- (19) a. [{Você/ele/a gente}_i parece que [_{TopP} t_i [_{TP} {você/ele/a gente} pegou o caminho
errado]]]
b. [{Vocês/eles}_i acabaram que [_{TopP} t_i [_{TP} {vocês/eles} fizeram tudo diferente]]]
- (20) a. [[Esses professores]_i são difíceis de [_{TopP} t_i [_{TP} eles elogiarem os alunos]]]
b. [[Esses livros]_i parecem que [_{TopP} t_i [_{TP} o autor é desconhecido]]]

Assumindo que a proposta de Martins e Nunes (2010) esteja no caminho correto, o relevante para a presente discussão é a aceitabilidade de sentenças como (15), mesmo para falantes que não aceitam hiperalçamento da primeira pessoa do singular da posição de sujeito de orações com presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo. Como observa Nunes (a sair), essa diferença entre hiperalçamento de sujeito e hiperalçamento de tópico encontra uma razão bem simples se atentarmos para a especificação do T encaixado relevante. Para que possa haver hiperalçamento de sujeito, o T da oração encaixada deve portar somente o traço de número e se esse traço for valorado como SG na computação sintática, isto é, se T entrar numa relação de concordância com o pronome *eu*, a convergência da derivação em PF vai depender da presença da regra de redundância lexical em (11i) na gramática dos falantes. Em particular, para os falantes que não contam com (11i) em sua gramática, sentenças como (14) não são aceitáveis, como discutido nas seções 3 e 4. Por outro lado, em construções envolvendo hiperalçamento de tópico como

⁷ Para discussão relevante, vejam-se e.g. Duarte (2004), Martins e Nunes (2005, 2009, 2010) e Nunes (a sair).

em (15)-(17), o sujeito da encaixada têm de ter seu traço de Caso independentemente valorado, o que significa que T encaixado tem de portar um conjunto completo de traços- ϕ (pessoa e número). Sendo assim, a regra de redundância lexical em (11) não é aplicável e não existe diferença entre a primeira pessoa do singular e as demais pessoas, nem variação entre os falantes.

Mais uma vez, contrastes bastante intrincados encontram uma solução consideravelmente simples se a realização da concordância verbal em PB puder combinar subespecificação de T com uma regra de redundância lexical como em (11). Novamente, deparamos com uma situação em que o que é relevante não é a marca de concordância em si, mas como os traços que subjazem a essa concordância são especificados (se apenas no componente sintático ou parte no componente sintático – o traço de número – e parte no componente morfológico – o traço de pessoa).

6. Algumas considerações sobre o pronome *nós*

Modesto (2011, p. 12) critica a ausência do pronome de primeira pessoa do plural *nós* e sua correspondente terminação *-mos* no Quadro 1, em Nunes (2008), sob o pressuposto de que *nós* “is in free variation with the treatment form *a gente* ‘lit. the people’ in all regions of Brazil”. Modesto (2011, p. 12) acrescenta ainda que a regra de redundância sugerida por Nunes (2008), em (3) acima, seria incapaz de gerar formas verbais em *-mos*. Examinemos brevemente essas reservas.

A razão fundamental para a exclusão de *nós* e da terminação *-mos* do Quadro 1, que Nunes (2008) caracterizou como representando o “(Colloquial) Brazilian Portuguese”, se deve à instabilidade desse pronome e sua concordância na gramática do PB, quando comparado com os demais membros do Quadro 1. Ao contrário do que afirma Modesto, *nós* e *a gente* não estão em variação livre em PB, conforme atesta toda a literatura sociolinguística que se debruçou sobre essa variação.⁸ Aliás, os dois pronomes também não estão em variação livre em PE, embora os dois dialetos se diferenciem claramente em relação à serie pronominal não-marcada.

Como apontam Kato, Martins e Nunes (a sair), o pronome *nós* é a forma não-marcada em PE, pois admite todas as flexões de Caso e pode ser utilizado tanto em contextos reflexivos, quanto não-reflexivos. O pronome *a gente* em PE, por sua vez, é mais restrito, não admitindo interpretação reflexiva e exibindo variações idioletais. Por exemplo, os falantes divergem quanto à aceitabilidade das formas dativa (*à gente*) e genitiva (*da gente*) e, para alguns falantes, o uso de *a gente* codifica solidariedade ou empatia do enunciador em relação aos outros participantes incluídos na denotação de *a gente*. Situação inversa ocorre em PB, em que a série não-marcada é a representada por *a gente*. Além de ser mais utilizada do ponto de vista quantitativo (veja-se e.g. Lopes (2003)), a forma *a gente* em PB não tem restrições posicionais relacionadas a Caso e pode ser empregada tanto em contextos reflexivos, quanto não-reflexivos. Já o pronome *nós* exibe uma considerável variação idioletal em relação a formas casuais específicas. A forma *conosco*, por exemplo, foi praticamente substituída por *com a gente* e o clítico *nos*, quer acusativo quer dativo, é associado a registro formal e escolarização.

Em suma, o pronome *a gente* tornou-se o pronome não-marcado em PB e resultado disso é que o pronome *nós* e não tem um estatuto tão sólido em PB como os demais pronomes do Quadro 1. Crucialmente, a concordância *-mos* por ele desencadeada está

⁸ Vejam-se e.g. Omena e Braga (1996) e Lopes (1998, 2003).

relacionada a registro formal e escolarização, contrastando drasticamente com a concordância de primeira pessoa do singular, por exemplo. Excluir num primeiro momento o pronome *nós* do Quadro 1 constitui, portanto, uma decisão metodológica razoável.

A outra crítica de Modesto é que a regra de redundância em (3) é incapaz de gerar a formas verbais com a marca de concordância *-mos*. Em primeiro lugar, se o pronome *nós* não foi incluído no Quadro 1 pelas razões expostas acima, é natural que não tenha havido preocupação em tentar derivar *-mos* em termos de regras de redundância lexical. Mas a pergunta mais relevante é se essa lacuna é de fato um problema para a análise de Nunes (2008). Consideremos os dados de (21) abaixo, por exemplo, que envolvem hiperalçamento de *nós* em construções que, como vimos acima, admitem hiperalçamento com outros pronomes (cf. (7), (8), (13)):

- (21) a. *Toda vez *nós* parecemos que chegamos na hora errada
 b. **Nós* acabamos que perdemos uma bela oportunidade.
 c. **Nós* somos difíceis de perdermos a paciência com as pessoas.

Mesmo falantes que admitem hiperalçamento com um grande número de predicados rejeitam fortemente construções em que *nós* sofre hiperalçamento. Relevante para a presente discussão é que, ao contrário do que sugere Modesto, é plenamente possível inserir a concordância de *-mos* no Quadro 1, manter as regras de redundância em (3) (pondo de lado a discussão que levou à sua modificação em (11)) e, além disso, excluir devidamente as sentenças em (21). O Quadro 3 abaixo ilustra como se podem determinar corretamente os expoentes da concordância desencadeada por cada pronome com uma especificação de traços mínima.

Quadro 3: Especificação de traços e expoentes de concordância em PB

Pronomes	Especificação de traços	Presente do indicativo: <i>canta-</i>
<i>eu</i>	[N:SG]	-o
<i>você</i> <i>ele</i> <i>ela</i> <i>a gente</i>	[N:default]	∅
<i>vocês</i> <i>eles</i> <i>elas</i>	[N:PL]	-m
<i>nós</i>	[P:1]	-mos

Uma vez designado como realização da especificação [P:1], *-mos* não compete com *-o*, *-m* ou \emptyset porque esses expoentes são realização de número (SG, PL e *default*, respectivamente). A especificação dos traços necessários para determinar os expoentes da concordância verbal proposta no Quadro 3, além de estar otimizada no sentido de postular um número mínimo de traços para cada expoente, também captura o fato de *-mos* ter um caráter marcado dentro do sistema, pois é o único expoente que é determinado pelo traço de pessoa.

Examinemos agora as derivações das sentenças em (21) à luz das especificações no Quadro 3. Como discutido nas seções anteriores, para que haja hiperalçamento em PB é

necessário que o núcleo T da oração encaixada porte somente o traço de número, como representado em (22).

- (22) a. [T_[P:u; N:u] parece- [que nós_[P:1; Caso:u] T_[N:u] chega- na hora errada]]
 ↑ _____OK_____ |
 b. [T_[P:u; N:u] acaba- [que nós_[P:1; Caso:u] T_[N:u] perde- uma bela oportunidade]]
 ↑ _____OK_____ |
 c. [T_[P:u; N:u] se- difíc- de [nós_[P:1; Caso:u] T_[N:u] perder- a paciência com as pessoas]]
 ↑ _____OK_____ |

Em (22), *nós* se move para o [Spec,TP] da oração encaixada para checar o EPP e como T encaixado não tem um conjunto completo de traços- ϕ , *nós* não tem seu traço de Caso valorado. *Nós* pode, portanto, continuar se movendo até [Spec,TP] da matriz, onde pode ter seu traço de Caso devidamente valorado. Em outras palavras, a agramaticalidade das sentenças de (21) não está relacionada ao hiperalçamento de *nós* em si. Afinal de contas, essa derivação em nada difere no componente sintático das derivações convergentes envolvendo outros pronomes, discutidas nas seções anteriores. Isso nos leva à conclusão de que o problema com (22) deve se encontrar no componente morfológico. De acordo com Nunes (2008), construções com hiperalçamento são possíveis em PB graças à regra de redundância lexical em (3), repetida abaixo em (23) por conveniência, que contribui para a determinação do *output* final das formas verbais⁹. (23), no entanto, não se aplica às estruturas de (22), pois o traço de número de T encaixado simplesmente não foi valorado, pois *nós* só está especificado para pessoa. Uma vez que o traço de número de T encaixado não é valorado, as derivações não convergem. Em outras palavras, o fato de a regra de redundância em (23) não derivar a realização de *-mos* não é na verdade um problema, ao contrário do que afirma Modesto, mas está em consonância com o padrão exibido por *nós* em construções de hiperalçamento.

- (23) Quando T estiver especificado só para traço de número (N):
 (i) adicione [P:1], se N estiver valorado como SG;
 (ii) do contrário, adicione [P:default].

Parece também haver evidência independente para que *nós* em PB seja especificado apenas como [P:1], como proposto no Quadro 3. A literatura tem apontado que em PB *nós* pode estar associado a três padrões de concordância, como ilustrado em (24) abaixo, estando cada forma correlacionada com diversos fatores de ordem linguística e extralinguística. A oposição maior se encontra entre a concordância em (24a), que é tida como a forma padrão, e a em (24c), que é sociolinguisticamente estigmatizada. A desinência *-mo* em (24b), por sua vez, detém um estatuto intermediário e é admitida em registros orais informais.

- (24) a. Nós **cantamos** bem.
 b. Nós **cantamo** bem.
 c. Nós **canta** bem.

O padrão em (24b) parece indicar que, com o enfraquecimento geral da concordância verbal em PB, a desinência *-mos* foi reanalisada como envolvendo dois

⁹ Estou aqui mantendo a regra como originalmente formulada em (3) para discutir a crítica de Modesto (2011). Nada mudaria se a discussão fosse conduzida nos termos da regra modificada em (11).

morfemas: um morfema de primeira pessoa, *-mo*, e um morfema de plural, *-s*. Em outras palavras, a desinência *-mo* seria o expoente para a primeira pessoa, associada a uma especificação *default* para número, enquanto a forma em (24c) seria uma extensão do padrão generalizado de pessoa e número com valor *default*, que tem \emptyset por expoente. Um ponto relevante para a presente discussão é que o padrão de concordância em (24b) apresenta restrições de natureza morfológica. Em particular, esse padrão não é admissível em contextos de infinitivo flexionado e futuro do subjuntivo, como exemplificado em (25) abaixo. Note que o uso de *vamo* na primeira oração das sentenças de (25) é indicador de registro oral informal e, portanto, a anomalia das formas *chegarmo* e *encontrarmo* não se deve a um choque de registro.

- (25) a. Nós **vamo** ter que ir de carro pra nós **chegarmos**/***chegarmo** em tempo.
b. Nós **vamo** te telefonar se nós **encontrarmos**/***encontrarmo** ingresso.

Embora não seja claro por que especificamente as formas de futuro do subjuntivo e infinitivo flexionado bloqueiam a desinência *-mo*, é interessante observar que a existência de restrições morfológicas a essa realização de concordância é bastante compatível com a análise de Nunes (2008), que defende que a realização de concordância em PB deve também levar em conta computações morfológicas.

Em resumo, embora as complexidades introduzidas por *nós* em PB mereçam uma investigação independente e aprofundada, as considerações iniciais feitas acima sugerem que esse pronome tem estatuto distinto em relação aos demais pronomes e uma análise que pretenda analisá-lo junto com os demais não parece oferecer problemas incontornáveis para o sistema proposto em Nunes (2008).

7. Considerações finais

O português brasileiro tem sido visto como uma língua bastante interessante para o debate sobre como analisar a Teoria de Controle dentro do Programa Minimalista na medida em que apresenta controle obrigatório em orações finitas (e.g. Ferreira, 2000, 2009; Rodrigues, 2002, 2004; Nunes, 2008, 2009, 2010; Petersen, 2011), favorecendo uma abordagem em termos de movimento para posições temáticas (e.g. Hornstein, 1999, 2001; Boeckx, Hornstein e Nunes, 2010; Hornstein e Nunes, 2014). Parte da evidência para essa análise envolve construções com hiperalçamento a partir de orações finitas e infinitivos flexionados (e.g. Ferreira, 2000; Martins e Nunes, 2005, 2008, 2010; Nunes, 2008, 2010, 2011). Neste trabalho, argumentei que hiperalçamento produz ou não resultados gramaticais (com variação idioletal), dependendo da (sub)especificação de traços- ϕ de T e da realização desses traços no componente morfológico. Mais especificamente, o presente trabalho provê evidência adicional para a proposta de Nunes (2008), segundo a qual controle finito e hiperalçamento finito são possíveis em PB em virtude de seu T poder portar somente o traço de número no componente sintático. Nessa perspectiva, o *output* final das formas verbais com esse T subespecificado vai depender de regras de redundância lexical no componente morfológico. Entre outras coisas, isso explica por que hiperalçamento produz ou não resultados gramaticais a depender do tempo da oração encaixada e do pronome movido, bem como dá conta da intrincada variação idioletal envolvendo hiperalçamento do pronome *eu*.

Referências

- BARBOSA, Pilar; DUARTE, Maria Eugênia; KATO, Mary A. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. In: *Journal of Portuguese Linguistics*. n. 4, 2005. pp. 11-52.
- BOECKX, Cedric; HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo. *Control as movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael (org.). *Ken Hale: a life in language*. Cambridge: MIT Press : Mass, 2001. pp. 1-52.
- CHOMSKY, Noam. Beyond explanatory adequacy. In: BELLETTI, Adriana (org.). *Structures and beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2004. pp. 104-131.
- DUARTE, Maria Eugênia. *A perda do princípio "Evite pronome" no português brasileiro*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- DUARTE, Maria Eugênia. On the embedding of a syntactic change. In: *Language Variation in Europe – Papers from I CLaVEI 2*. Universitetstryckeriet, Uppsala. 2004. pp. 145-155.
- FERREIRA, Marcelo. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas. 2000.
- FERREIRA, Marcelo. Null subjects and finite control in Brazilian Portuguese. In: NUNES, Jairo (org.). *Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009. pp. 17-49.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. *A posição do sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. Main and embedded null subjects in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary A.; NEGRÃO, Esmeralda (org.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid & Frankfurt am Main: Iberoamericana & Vervuert, 2000. pp. 127-145.
- GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- HORNSTEIN, Norbert. Movement and control. In: *Linguistic Inquiry*. n.30, 1999. pp. 69-96.
- HORNSTEIN, Norbert. *Move! A minimalist theory of construal*. Oxford: Blackwell, 2001.
- HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo. Minimalism and Control. In: CARNIE, Andrew; SATO, Yosuke; SIDDIQI, Daniel (org.). *Routledge Handbook of Syntax*. New York: Routledge, 2014. pp. 239-263.
- KATO, Mary A. Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. In: *Probus*. n. 11, 1999. pp. 1-37.
- KATO, Mary; MARTINS, Ana Maria; NUNES, Jairo. *The syntax of Portuguese*. Cambridge: Cambridge University Press. A sair.
- KATO, Mary A.; NEGRÃO, Esmeralda (org.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid & Frankfurt am Main: Iberoamericana & Vervuert, 2000.
- LOPES, Célia. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. In: *D.E.L.T.A.* n. 14, 1998. pp. 405-422.
- LOPES, Célia. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português*. Frankfurt am Main / Madrid: Iberoamerica: Vervuert, 2003. p.174
- MARTINS, Ana Maria; NUNES, Jairo. Raising issues in Brazilian and European Portuguese. In: *Journal of Portuguese Linguistics*. n. 4, 2005. pp. 53-77.
- MARTINS, Ana Maria; NUNES, Jairo. Syntactic change as *chain reaction*: the emergence of hyper-raising in Brazilian Portuguese. In: CRISMA, Paola; LONGOBARDI, Giuseppe (org.).

- Historical Syntax and Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2009. pp. 144-157.
- MARTINS, Ana Maria; NUNES, Jairo. Apparent hyper-raising in Brazilian Portuguese: agreement with topics across a finite CP. In: PANAGIOTIDIS, Phoivos E. (org.). *The complementiser phase: subjects and operators*. Oxford: Oxford University Press, 2010. pp. 142-163.
- MODESTO, Marcello. On the identification of null arguments. Tese de doutorado, University of Southern California. 2000.
- MODESTO, Marcello. Finite control: Where movement goes wrong in Brazilian Portuguese. In: *Journal of Portuguese Linguistics*. n. 10, 2011. pp. 3-30.
- NEGRÃO, Esmeralda. O português brasileiro: Uma língua voltada para o discurso. Tese de livre-docência, Universidade de São Paulo. 1999.
- OMENA, Nelise; BRAGA, Maria Luísa. *A gente está se gramaticalizando?*. In: MACEDO, A.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. Mollica (org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. pp. 75-84.
- NUNES, Jairo. Inherent Case as a licensing condition for A-movement: the case of hyper-raising constructions in Brazilian Portuguese. In: *Journal of Portuguese Linguistics*. n. 7, 2008. pp. 83-108.
- NUNES, Jairo. Relativizing Minimality for A-movement: ϕ - and ϕ -relations. In: *Probus*. n. 22, 2010. pp. 1-25.
- NUNES, Jairo. On the diachronic reanalysis of null subjects and null objects in Brazilian Portuguese: triggers and consequences. In: RINKE, E.; KUPISCH, T. (org.). *The development of grammar: language acquisition and diachronic change. In honor of Jürgen M. Meisel*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011. pp. 331-354.
- NUNES, Jairo. Subject and topic hyper-raising in Brazilian Portuguese: a case study on reference sets for economy computations. In: KATO, Mary A.; ORDOÑEZ, Francisco (org.). *Studies in Romania Nova*. A sair.
- PETERSEN, Maria Carolina. O licenciamento do sujeito nulo em orações subjuntivas no português brasileiro. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo. 2011.
- RODRIGUES, Cilene. Morphology and null subjects in Brazilian Portuguese. In: LIGHTFOOT, David (org.). *Syntactic effects of morphological changes*. Oxford: Oxford University Press, 2002. pp. 160-178.
- RODRIGUES, Cilene. Impoverished morphology and A-movement out of Case domains. Tese de doutorado, University of Maryland. 2004.
- ROSS, John R. Pronoun deletion process in German. Paper presented at the annual meeting of the Linguistics Society of America. San Diego, California. 1982.
- URA, Hiroyuki. Varieties of raising and the feature-based bare phrase structure theory. In: *MIT Working Papers in Linguistics*. n. 7. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology: Mass, 1994.